



Parecer sobre o Projeto para a “Tara recuperável_PJL 869_Resíduos Plásticos”

O plástico, pelas suas características, como durabilidade, foi amplamente utilizado, sendo incorporado em diversas aplicações, como construção civil, indústria, medicina ou acondicionamento de alimentos e compras. É difícil imaginar a sociedade sem plástico.

No entanto, esta característica acabou por tornar-se um problema. A reduzida taxa de degradação e a gestão incorreta dos resíduos de plástico, promoveu a sua dispersão pelo Ambiente, onde se fragmenta em pedaços mais pequenos, denominados por Microplásticos (<5mm), que vão sendo acumulados, principalmente nos meios marinhos.

Os efeitos dos Microplásticos, embora menos conhecidos, vão sendo divulgados. Há já revelações sobre a capacidade de serem absorvidos por organismos aquáticos (bivalves e peixes) ou conseguirem alterar a toxicidade de outros poluentes.

Em Portugal, um estudo desenvolvido pela FCT-UNL, em 11 praias do litoral continental mostra a predominância da poluição por materiais em plástico. Dos cerca de 111.000 itens recolhidos 97% são plástico, dos quais 27% correspondem a fragmentos de plástico. (2010 e 2014),

O consumo de produtos descartáveis continuou a crescer, estimando-se que só em palhinhas sejam consumidos nos restaurantes Portugueses anualmente palhinhas suficientes para dar a volta ao Planeta cinco vezes. A situação não é animadora, estudos recentes mostram que 259 milhões de copos de café, 10 biliões de beatas de cigarros, 40 milhões de embalagens de take-away, 1 bilião de palhinhas de plástico e 721 milhões de garrafas descartáveis. Estes materiais são considerados como produtos de uso único e de curta-duração na medida em que a sua utilização limita-se a alguns minutos e o seu destino muitas vezes acaba por não ser a reciclagem.

Aliás o Relatório de Estado do Ambiente mostra que em 2016 as metas de reciclagem de resíduos de embalagem atingiram apenas 62% dos resíduos de embalagem, quando nos espera uma meta reciclagem de 70% em peso até 2020, facto que vai exigir uma maior envolvimento dos produtores e embaladores que colocam os produtos embalados no mercado, das entidades gestoras para promover a recolha seletiva e separação das embalagens para reciclagem, bem como da população portuguesa que terá que ser motivada e mobilizada para aumentar nestes últimos dois anos aquilo que não aumentou nos anteriores.

Em 2010 a Quercus alertou para o facto de existir a necessidade de dar resposta a obrigações comunitárias no que respeita à redução da utilização de descartáveis e minimização da poluição marinha. Assim, a Quercus pressiona para a suspensão da oferta gratuita dos sacos descartáveis não cumprirem os critérios de compostabilidade ou biodegradação (norma CEN13432), e pelo facto de serem produzidos em oxoplástico não podiam ser tratados juntamente com matéria orgânica. Por outro lado, podiam fragilizar os processos de reciclagem, pelo que, nestes casos, restavam-lhes apenas duas soluções: incineração ou aterro.

Em 2014 o Parlamento Europeu apela à União Europeia (UE) para a definição de medidas para reduzir os resíduos de plástico no Ambiente e, especificamente, no lixo marinho, tendo sido aprovada por larga maioria, uma proposta que aponta para a redução do uso de sacos de plástico leves em 50% até 2017 e em 80% até 2019.

Foi neste seguimento que a Quercus apresenta ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, bem como aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, um parecer sobre os impactes do plástico, bem como uma proposta para reduzir o consumo e a distribuição gratuita de sacos descartáveis, que incluía a atribuição de um valor mínimo para a aquisição de cada saco, devendo apenas ser disponibilizado os modelos de saco reutilizável, e Portugal legisla. No arranque de 2015, a lei da reforma da fiscalidade verde introduz uma taxa de 0,10€ por cada saco de asas descartável. A mudança de realidades apareceu, os Portugueses começaram a levar os seus sacos de casa e a reutilizar sacos. Mas a Quercus antevia esta situação já em 2009, no seguimento de um estudo realizado em parceria com a Universidade da Madeira, onde alertou para o facto das taxas aplicadas aos sacos de plástico, implementadas de forma pioneira em Portugal, por uma rede de Supermercados, fomentarem o uso de sacos reutilizáveis, permitirem aumentar para cerca de 50% a taxa de reutilização e contribuírem para a otimização no seu uso em 20%.

O grande problema dos plásticos e das partículas de plástico é que elas não ameaçam apenas a biodiversidade marinha, mas, como entram na cadeia alimentar dos animais, entram na cadeia alimentar dos humanos, podendo afetar a saúde. As micropartículas de plástico podem encontrar-se no sal, algas, peixes e aves.

Desde a década de 50 já foram produzidos 9 bilhões de toneladas de plástico, 9% dos quais acabaram reciclados. Por outro lado, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente refere que cerca de 8 milhões de toneladas de resíduos de plástico são lançados para os Oceanos cada ano. Para dar a resposta a este problema, surge a Estratégia Europeia para reduzir o material de plástico produzido e utilizado em massa, promovendo hábitos de consumo mais sustentáveis, que privilegiem a redução do seu uso, a sua reutilização e reciclagem.

Portugal não se deixa ficar, e começam a surgir exemplos da incorporação de soluções reutilizáveis em eventos um pouco por todo o país, promovidas por autarquias como por outros parceiros, desde a Queima das Fitas de Coimbra, ao Nos Alive, do Volvo Ocean Race ao Super Bock Super Rock.

A sensibilidade dos Portugueses para estas temáticas também aumenta, começa a existir uma maior envolvimento, participação e procura por alternativas aos plásticos. A Quercus estima que 96% da população Portuguesa está familiarizada com o problema da poluição por plástico e lança um desafio para tentarem viver 40 dias sem plástico, campanha acolhida por particulares e figuras públicas, replicada em muitas organizações ou empresas e transmitida na primeira pessoa por jornalistas.

Surgem propostas na Assembleia da República para regular o uso de descartáveis como a presente proposta para introduzir um modelo de tara recuperável com um sistema de depósito nas grandes superfícies para incentivar a recolha e o encaminhamento para reciclagem,

contribuindo desta forma para a incorporação do modelo da Economia Circular nas Políticas Ambientais Nacionais, ao invés do atual economia linear, em que são extraídos recursos à natureza, usados e deitados fora.

Este modelo será a resposta eficaz para atingir a meta de recolha obrigatória de 90% de garrafas de plástico descartáveis até 2025. A Proposta foi apresentada este mês de maio pela Comissão Europeia para reduzir a poluição nos mares e oceanos, que incluía outras medidas nas quais a proibição do uso de plástico de uso único em 10 produtos sinalizados, como cotonetes, talheres, palhinhas ou paus de balões.

Com a aprovação desta medida de tara recuperável, Portugal pode uma vez mais posicionar-se na linha da frente, dando resposta a uma necessidade urgente de mudança dos hábitos de consumo e da educação ambiental de cada Português.

Estes últimos 20 anos de gestão de resíduos serviram para mostrar que para motivar os Portugueses não chega as Campanhas de Sensibilização e oferecer uma resposta básica na resposta aos resíduos urbanos produzidos. Temos que incentivar a sua participação, seguindo os modelos europeus, onde os consumidores produtores de resíduos são compensados com o seu desempenho ambiental. Caso contrário, vamos chegar a 2020 e a 2025 e tentar justificar-nos porque não conseguimos cumprir prazos de reciclagem.

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Centro de Informação de Resíduos

Carmen Lima | Quercus, 08/06/2018